

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O movimento feminista e suas conquistas: a saúde da mulher na Nova República

Cecília Chagas de Mesquita*

Resumo: A fim de destacar a relevância do movimento feminista na construção da Nova República no início dos anos 1980 do século XX, esboçamos o debate político interno do movimento e sua relação com a política do Estado no período, partindo de entrevistas, periódicos e outras fontes. Num momento chave de nossa história política, as feministas trouxeram o sujeito mulher para o centro das discussões, promovendo reflexões e atuando na elaboração de políticas que ajudaram a fundar o novo período democrático. Chamamos a atenção para a importância da luta das mulheres na implementação de uma política de planejamento familiar pelo governo brasileiro em 1983, o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. No interior deste marco de intervenção as feministas apresentaram questões específicas e inovadoras que expressavam a existência de múltiplos sujeitos políticos.

Palavras-chave: História das mulheres, movimento feminista, história das ciências da saúde.

Abstract: In order to prove the relevance of the movement at the beginning feminist in the construction of the New Republic of years 1980 of century XX, we draft the internal political debate of the movement and its relation with the politics of the State in the period above, researching through interviews, newspapers and other sources. At a important moment of our political history, the feminists had brought woman as an subject for the center of the quarrels, having promoted reflections and acting in the elaboration of politics that had helped to establish the new democratic period. We call the attention for the importance of the fight of the women in the implementation of a familiar planning politic for the Brazilian government in 1983, PAISM - Program of Integral Assistance to the Woman Health. In the interior of this milestone of intervention the feminists had presented specific and innovative questions that expressed the existence of multiple political actors.

Word-key: History of women, feminist movement, history of health sciences.

Para destacar a relevância do movimento feminista na construção da Nova República na primeira metade dos anos 1980 do século XX, exponho brevemente o rico debate político que havia dentro do movimento e seu embate com a política do Estado no período. Num momento importantíssimo de nossa história política, as feministas trouxeram o sujeito mulher para o centro da arena de discussões, trazendo com ele novas questões, promovendo importantes reflexões na sociedade e atuando com destaque na elaboração de políticas que ajudaram a fundar o novo período democrático.

* Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói)

No Brasil, até meados da década de 80, os questionamentos feitos pelos novos movimentos de liberação das mulheres a respeito do próprio conteúdo e funcionamento do “político”, ou do significado da separação entre esferas “privada” e “pública” ainda não teriam sido incorporados. O tema “mulher e política” ainda era estudado somente ao nível da participação e da representação femininas no universo tradicionalmente definido como político. Tal constatação, segundo Anette Goldberg, revela que o movimento feminista apresenta o político apenas como mais uma modalidade de fazer a mesma política e/ou incorporar a ela “novas atrizes sociais” (GOLDBERG, 1987). O contexto político brasileiro de ditadura militar teria limitado o aprofundamento do debate em torno das questões intrínsecas ao feminismo, que dizem respeito aos conceitos de gênero, patriarcado e autonomia. Em lugar disso, as feministas brasileiras optaram por um feminismo “bom para o Brasil”.

Um dos principais campos de atuação das feministas desse período foi a **saúde**, onde conseguiram obter significativas conquistas com o início do período de abertura política, imprimindo suas concepções de liberação feminina dentro das instituições estatais, ainda que sob pressões do governo, do próprio movimento feminista e da sociedade civil, num momento de extrema vivacidade política no Brasil. E mesmo fora do ambiente institucional, no embate entre as próprias feministas em seus diversos grupos, onde a partir desse momento há maior liberdade para o aprofundamento do debate sobre as ditas “questões específicas” da mulher, como aquelas que envolvem o mundo da sexualidade e da vida reprodutiva.

Trago para discussão nesse trabalho, mais especificamente, a importância da luta do movimento feminista na implementação de uma política de planejamento familiar pelo governo federal brasileiro, no ano de 1983, o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Procuro discutir a participação das mulheres enquanto sujeitos na criação do primeiro programa desse tipo encampado oficialmente no país, apresentando-se como uma opção entre as tendências até então existentes sobre o assunto. Além de importante marco no que diz respeito à implementação de políticas públicas de saúde com a abordagem defendida pelos agentes da reforma sanitária, realizada na década de 1980 e encampada anos depois pelo SUS e pelas conferências internacionais sobre **saúde da mulher**.

O Novo feminismo no Brasil

O processo de urbanização, o estímulo ao consumo, os novos meios de comunicação, a política previdenciária e de saúde proporcionaram um ambiente propício à demanda por formas de **regulação da fecundidade**. Pesquisas têm apontado os novos meios

contraceptivos como um dos principais responsáveis por mudanças nas relações de gênero, e pela própria atuação do movimento de mulheres. A presença feminina cada vez mais forte no mercado de trabalho, nas políticas sindical e partidária, na exigência de cotas, na ocupação de cargos de destaque, tudo isso tem sido possível certamente graças às possibilidades, antes nunca alcançadas, de separar com mais segurança a sexualidade da reprodução.

No entanto, no Brasil, a possibilidade de usar os **novos métodos contraceptivos** não foi resultado de reivindicações ou luta coletiva, e por isso não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para sua autonomia. As mulheres da “geração pílula” não consideram a contracepção uma conquista. A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e ao mesmo tempo um perigo para a saúde. De fato, o movimento feminista não teve participação direta na liberação dos contraceptivos para o uso, devido à prudência que procurou ter para não perder o apoio da Igreja Católica em suas lutas num certo momento. Somente após a anistia e o retorno das exiladas, o movimento ganhou um tom mais contundente em relação a temas como a contracepção, sexualidade e aborto (PEDRO, 2003).

Para a história do feminismo no Brasil, o ano de 1975 foi um marco. Este ano abriu um canal de expressão política importante para as mulheres em meio às restrições impostas pelo governo ditatorial. Os dois grupos feministas cariocas citados anteriormente se uniram e organizaram a Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e sob o patrocínio da ONU, que declarou 1975 o Ano Internacional da Mulher. Desse encontro nasceu o Centro da Mulher Brasileira (CMB), criado no mesmo ano com verba da ONU conseguida através de Rose Marie Muraro.

Uma das fundadoras da instituição, a socióloga Moema Toscano forneceu informações interessantes sobre a política cotidiana no interior do CMB durante entrevista. Criado, segundo ela, como um grupo de reflexão, o Centro da Mulher Brasileira viu-se marcado, ao longo de sua trajetória, por um ponto de atrito fundamental, entre, de um lado, algumas mulheres que tinham como objetivo aprofundar a análise sobre a condição feminina, e de outro aquelas que queriam realizar ações práticas. As atividades desenvolvidas pelo CMB iam por diversas vertentes, divididas entre os grupos de reflexão e de trabalho, reunidos de acordo com os interesses pessoais (TOSCANO, 2003).

Além de ser assunto novíssimo naquela época, o tema sexualidade não era bem aceito por muitas das integrantes do CMB, que o consideravam secundário. Discutir

sexualidade simbolizava um comportamento individualista num país onde a maioria das mulheres ainda carecia de condições elementares para viver emancipadas dos homens. Nas palavras de Leila Linhares¹ sobre o assunto:

Então, na realidade, não que o Centro tenha expulsado as pessoas, mas não era, digamos assim, uma, o tema eleito pelo Centro, a questão da sexualidade ou da homossexualidade especificamente. O Centro tinha, realmente, um foco naquilo que nós poderíamos chamar dos velhos temas da esquerda, mas que eram temas extremamente legítimos e necessários para estarem sendo discutidos, por exemplo, toda discussão sobre licença maternidade, toda discussão sobre creche, que são fundamentais para a vida das mulheres (LINHARES, 2004).

Assim sendo, sob a sombra do governo autoritário, limitador do aprofundamento do debate sobre as questões específicas e polêmicas da mulher, nascia a segunda vaga do movimento feminista brasileiro.

Institucionalização do movimento feminista e a saúde da mulher

Discutindo algumas das questões específicas ligadas à saúde da mulher, Jacqueline Pitanguy (PITANGUY, 1999) afirma que de meados dos anos 1970 até pouco antes da intensificação do processo democrático, havia consenso entre as feministas sobre a centralidade das questões relativas à **sexualidade** e aos **direitos reprodutivos** para o movimento feminista, mas não quanto à sua prioridade nos debates daquele momento, especialmente devido à importância do apoio da Igreja Católica. Essas tensões vão diminuir à medida que o processo de democratização avança e o campo de interlocutores aumenta. A Igreja, então, perde importância, propostas do feminismo são incorporadas a plataformas de partidos e estabelecem-se parcerias com alguns setores do Poder Executivo.

Seguindo sobre os mesmos temas, Sonia Alvarez (ALVAREZ, 1985) concorda que o contexto de transição política abre espaço para novos atores e movimentos sociais se destacarem no cenário político e diz que a partir das eleições de 1982, o Estado começa a absorver as reivindicações moldando-as aos seus interesses. A autora acrescenta afirmando que as questões priorizadas serão aquelas que preservam a mulher na condição de subalterna, tais como creches e planejamento familiar.

Os movimentos de mulheres se aproveitaram do interesse conjuntural dos governos e entraram nas instituições públicas, ainda que sob o risco da cooptação e da perda da radicalidade ou mesmo da perda do poder contestatório do movimento. Contudo, segundo

¹ Leila Linhares é advogada, diretora da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação).

Alvarez, as concessões do governo federal ao movimento de mulheres não foi reflexo de uma resposta direta às reivindicações por liberdade de expressão. Foi produto da convergência de variáveis políticas conjunturais, a começar pela crise do autoritarismo (ALVAREZ, op. Cit).

É dentro desse contexto político que as feministas terão algumas importantes conquistas no espaço institucional, participando da elaboração de políticas públicas nas áreas que foram mais facilmente acolhidas pelo governo, dentre elas **a saúde da mulher**.

Além de temas tradicionais como a maternidade e a prevenção ao câncer, a questão da saúde da mulher pressupunha três outros temas que envolviam controvérsias e preconceitos: **planejamento familiar, sexualidade e aborto**. A primeira questão era particularmente sensível dentro do movimento feminista, pois o planejamento familiar sempre fora entendido no Brasil como controle de natalidade das populações pobres. Durante o período do regime militar, a forte presença do organismo norte-americano **Benfam** e sua política pouco cuidadosa de distribuição gratuita de anticoncepcionais entre a população pobre criaram grande dificuldade para a aceitação de qualquer política de planejamento familiar. As feministas tiveram de se enfrentar com as mulheres das camadas populares, com problemas muito concretos e, nesse caso, um problema muito parecido com o das próprias feministas: a vontade de limitar drasticamente o número de filhos. Se isso parecia um direito para as mulheres de classe média, tomava ares de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. Isso fez com que as feministas passassem a ter um grande papel na elaboração de projetos de planejamento familiar que buscassem atender as mulheres de camadas populares sem cair em políticas discriminatórias.

O segundo tema controverso era o aborto. Em que pese ser uma prática bastante recorrente, a simples discussão sobre a possibilidade de sua legalização causa grande reação, principalmente da Igreja Católica. Como parte dessa Igreja esteve, desde a década de 1960, muito associada à esquerda, não se constituiu no Brasil um pensamento de esquerda vigoroso que fosse capaz de sustentar uma discussão pública sobre temas éticos e comportamentais que enfrentasse o senso comum conservador do país. Decorrência dessa situação, a esquerda brasileira pós-regime militar tem sido muito omissa a esse respeito, exceção feita, claro, às feministas, que, mesmo quando vinculadas à Igreja Católica, têm tido um papel central no enfrentamento de temas tabus como esse.

O terceiro tema é o da sexualidade, que teve grande centralidade nos grupos de reflexão na Europa e nos Estados Unidos desde as primeiras manifestações da nova fase do

feminismo a partir do fim da década e 1960. Certamente as mulheres que se reuniam em pequenos grupos ainda no início da década de 1970 no Brasil, na maioria com experiência internacional, discutiam questões de sexualidade. Mas o movimento, quando se apresentava publicamente, deixava essas questões de fora, quer pelas próprias condições do país, que exigiam das mulheres uma constante postura pública de luta pela conquista de direitos civis e sociais negados pelo regime militar, quer por estratégia, pois a esquerda via a questão como um tema burguês e a direita como uma ameaça à família.

A década de 80 foi fundamental na luta das feministas brasileiras em relação à questão da saúde em dois níveis: na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do **Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)**, pelo Ministério da Saúde, em 1983. Já no início dos anos 80 aparece o SOS Corpo de Recife, que se tornará uma importante referência nacional no que se refere à saúde da mulher. Na mesma época, surge em São Paulo o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Esses grupos, como os que se formaram ao redor da questão da saúde, têm uma natureza dupla. Por um lado, são grupos de discussão que elaboram documentos e demandam políticas públicas. Por outro, fazem uma espécie de assistência social qualificada às mulheres de classes populares.

Definindo uma política populacional no Brasil

Até o momento da criação da Benfam, que coincide com a instalação do regime militar, não havia ainda no Brasil uma postura definida em relação ao planejamento familiar. Segundo Fonseca Sobrinho (FONSECA SOBRINHO, 1993), o que existia era um natalismo difuso em nossa sociedade, fruto de um conjunto de fatores ideológicos, o catolicismo, o positivismo e o evolucionismo dos intelectuais, além da estratégia geo-política de ocupação de espaços vazios dos militares mais conservadores. Em oposição, havia as idéias internacionais, que associavam desenvolvimento econômico a baixo crescimento populacional. Idéias defendidas pelas entidades privadas, imprensa internacional, médicos e alguns militares da Escola Superior de Guerra (ESG).

A partir de 1974, várias mudanças põem fim ao impasse entre antinatalistas e controlistas. A Igreja admite métodos naturais de anticoncepção, a teoria da explosão demográfica ganha espaço entre os militares da ESG, a Benfam é superada pelo discurso do Centro de Pesquisas e Atenção Integral às Mulheres e às Crianças (CPAIMEC), que propõe um modelo de planejamento familiar com assistência à saúde da mulher em primeiro plano. E por

fim, as mulheres se destacam no cenário político reivindicando para si o direito ao “controle democrático da reprodução” (FONSECA SOBRINHO, op. Cit).

As feministas sustentaram, desde então, o princípio de que as decisões da esfera reprodutiva devem se orientar pelo livre-arbítrio dos indivíduos, em especial das mulheres, uma vez que a reprodução biológica se viabiliza através do corpo feminino. Inscreviam esta premissa no contexto mais amplo de luta pela ampliação da cidadania das mulheres e da responsabilidade do Estado pela sua saúde. Ou seja, a assistência à anticoncepção deveria compor uma política integral de saúde reprodutiva, no interior de um projeto de democracia social ou de conformação de um Estado de Bem-Estar no país.

Em 1980, o projeto do Prev-Saúde – visando à criação de um Sistema Nacional de Ações de Saúde, associando os Ministério da Saúde e o da Previdência Social – estava em debate na esfera governamental, ressaltando, novamente, as reações hostis ao controle da natalidade. É verdade, no entanto, que o projeto Prev-Saúde incluía a proteção materno-infantil e um programa de planejamento familiar.

Porém, as feministas opõem-se, uma vez mais, ao programa para o qual as mulheres não haviam sido consultadas no momento de sua elaboração e que negligenciava completamente a saúde e a sexualidade, tratando unicamente do que estava diretamente ligado às funções reprodutivas. Com efeito, a tomada de posição “contra o planejamento familiar” é uma cláusula constante das resoluções nos congressos nos quais participam as feministas que formam comissões específicas e publicam textos sobre o tema.

Além disso, encontramos um certo número de mulheres que admitem a necessidade de se criar um programa de planejamento familiar pelo governo, mas desejam afirmar sua opinião, como interlocutores feministas a considerar-se porta-vozes da grande massa de mulheres envolvidas em um programa desse porte, e que não foram consultadas ou escutadas.

O projeto de programa de planejamento familiar de 1980 permaneceu no papel, tal como o de 1977, mas o debate sobre o tema tornou-se cada vez mais acirrado, até mesmo no seio do governo.

O PAISM

Em 1983, uma Comissão Parlamentar de Investigação – CPI – sobre o planejamento familiar foi estabelecida no Senado Federal e debates foram abertos pelo

ministro da Saúde sobre o projeto de um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM -, no qual a idéia de base era a separação completa entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico. Apesar de priorizar o ciclo reprodutivo feminino, deixando de lado a criança e a sexualidade da mulher, assim como outros momentos da vida como a menopausa, esse projeto representou uma porta aberta à reflexão sobre as aquisições e as práticas feministas.

Na definição de uma das suas elaboradoras, o PAISM foi pensado para ser:

“...um conjunto de diretrizes e princípios destinados a orientar toda a assistência oferecida às mulheres das distintas faixas etárias, etnias ou classes sociais, nas suas necessidades epidemiologicamente detectáveis – incluindo as demandas específicas do processo reprodutivo. Compreende, ainda, todo o conjunto de patologias e situações que envolvam o controle do risco à saúde e ao bem-estar da população feminina (...) O destaque conferido às ações educativas objetiva intervir nas relações de poder das mulheres tanto com os serviços de saúde como nas demais situações relacionais assimétricas para as mulheres. Esta estratégia tem por intenção estimular nas mulheres mudanças em relação ao autocuidado e à apropriação de seus corpos e controle de sua saúde” (COSTA, 1999)

O grande evento celebrado pelas feministas foi o fato de a coordenação da implantação nacional do PAISM ter sido confiada a uma médica, uma das militantes feministas históricas do Rio de Janeiro.

Conclusão

Deslocando a questão do planejamento familiar da esfera religiosa e estatal para o campo da decisão individual e de direito social, a nova perspectiva favoreceu um consenso político amplo, a partir do qual diversos atores passaram a exigir que o Estado brasileiro superasse sua omissão no terreno das políticas públicas relativas à regulação da fecundidade. Resultaria daí a formulação do PAISM, que buscava reverter as muitas distorções identificadas no campo da atenção à saúde reprodutiva, particularmente no que se refere à oferta da anticoncepção.

As teses feministas sobre as condições de saúde reprodutiva constituíram um exercício inicial e exemplar de influencia dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Numa conjuntura em que se reestruturava o conjunto do sistema de saúde, o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) introduzia a dimensão de gênero na política com P maiúsculo.

No interior deste marco mais amplo de análise e intervenção a contribuição feminista trouxe questões específicas e inovadoras. Expressava a existência de múltiplos sujeitos políticos, cujas necessidades e aspirações deveriam ser contabilizadas no processo de reconstrução democrática. Anunciava, já naquele momento, a possibilidade de autonomia entre a sociedade civil, sociedade política e Estado, sinalizando para a revisão das concepções acerca do público e do privado na cultura política brasileira.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In STEPAN, Alfred (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In Giffin, Karen e Costa, Sarah H. (orgs). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1999.

FONSECA SOBRINHO, Delcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: FNUAP, 1993.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Tese de Mestrado UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (mimeo)

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260 – 2003

PITANGUY, Jacqueline. “O Movimento Nacional e Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos” In GIFFIN, Karen (Org.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p.26

Entrevista com Leila Linhares concedida à equipe do projeto de pesquisa “Zombaria como arma anti-feminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)”, coordenado pela professora Rachel Soihet em abril de 2004

Entrevista concedida por Moema Toscano à equipe do projeto de pesquisa “Zombaria como arma antifeminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)”, coordenada pela professora Rachel Soihet, em março de 2003